

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: UM OLHAR REFLEXIVO DIANTE OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ALUNOS CIRCENSES

Abraão Henrique Nunes de Paiva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte / ah_np@hotmail.com

Antônio Adeilson da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte / adeilsongta@gmail.com

Priscilla Daianny da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte / priscilladaianny@hotmail.com

Iure Coutre Gurgel

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte / yurecoute@yahoo.com.br

Resumo

A Educação na modalidade regular apresenta inúmeros desafios a serem enfrentados nos seus diversos âmbitos. Se encontramos dificuldades no processo de ensino-aprendizagem dos nossos alunos durante todo o ano em que passamos com eles, desafios maiores existem quando nos deparamos com alunos em situação de itinerância. Estes alunos, passam toda a vida no circo e com isso tem uma cultura própria, diferenciada dos moldes educacionais presentes em nossas escolas. Sendo necessário então, um olhar específico que atenda às necessidades desse determinado grupo social. Dessa forma, o presente trabalho tem o intuito de trazer para discussão, os principais desafios educacionais que o aluno circense enfrenta, como também apresentar leis que respaldam o direito desse grupo aqui em questão. Esta pesquisa se deu através de entrevistas aos pais e alunos circenses, além dos professores que estabeleceram contato com os alunos em situação de itinerância. Neste período o circo se encontrava na cidade de Almino Afonso - RN. Para isso usamos em nossa pesquisa autores como: LARAIA (2005), BORTOLETO (2003), VENDRUSCOLO (2009), como também documentos dentro da temática. De acordo com o que foi visto durante a pesquisa, compreendemos que o curto período de tempo em que o aluno passa em uma escola é um desafio para o professor, no que diz respeito a metodologia a ser utilizada para que estes alunos tenha um bom aproveitamento em sua passagem por cada escola. Contudo, ficou claro também o empenho das famílias do circo em conseguir de fato que o direito seja posto em prática.

Palavras-chave: Desafios, Educação, Itinerância, Diversidade.

Considerações iniciais

O presente trabalho é uma reflexão partindo de uma pesquisa de campo no circo “Fuxiquinho Circo Show”, onde o mesmo se encontrava na cidade de Almino Afonso – RN no período de nossa pesquisa. Além de uma escola de ensino público também situada na mesma cidade referida anteriormente. Através desse contexto e com o auxílio de instrumentos foi possível a coleta de informações.

Sendo assim, buscamos discutir sobre esta temática que carece de uma atenção especial. Pois, a educação do aluno circense deve ser vista com o intuito de provocar reflexões, para uma prática significativa dos envolvidos nesse processo educativo.

Para isso, apresentaremos argumentos teóricos procurando mostrar o direito do sujeito a uma educação de qualidade respeitando a sua especificidade referente ao seu grupo social, no qual os mesmos estão em situação de itinerância, por se tratar de famílias envolvidas com a arte circense. Nossa discussão inicia, portanto, com um aporte teórico que envolve autores como: LARAIA (2005), além de leis que asseguram este direito ao aluno que necessita estar em constante deslocamento.

Outro ponto que procuramos apresentar em nossa discussão é o empenho das famílias do circo em conseguir de fato que o direito seja posto em prática, para que só então tenha o direito a educação que deve ser oferecida a todos. Também apresentaremos em nosso segundo subtítulo o envolvimento da escola com o aluno de circo, este contato foi feito mais precisamente com os professores que tiveram um envolvimento direto com o sujeito em situação itinerante.

Educação para todos: O direito a educação do sujeito em situação de itinerância

Um dos maiores erros que são cometidos é a falta de conhecimento, pois quando estamos buscando direitos em determinada situação que nos diz respeito, podemos perder prestações de serviços fundamentais que nos são atribuídos legalmente. Bem sabemos que para cobrar algo que não está sendo oferecido ou acontecendo de maneira correta, é necessário estar a par do que a legislação assegura. Dessa maneira compreendemos a fundamental importância de apresentarmos pontos legais que garantam o direito a educação do aluno circense. Sendo assim, iniciaremos a discussão dessas leis apresentando o direito de aluno que tem uma determinada necessidade em seu processo educacional. Observamos então que a LDB nº 9394, de 1996 assegura em seus Arts. 58 e 59 o direito a educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Dessa maneira, a lei apresentada anteriormente comprova o direito a uma educação que atenda os alunos que necessitam de um atendimento especial, como os circenses por exemplo. Ressaltando diversos direitos aos alunos que necessitam de algumas necessidades de apoio especial do educador, como também de adaptações metodológicas, organizacionais procurando atender as suas particularidades. Sendo assim o sujeito em situação de itinerância por se tratar de um aluno em condições de constante deslocamento tem algumas dessas especificidades.

Mas para que os alunos tenham acesso à educação a qual acabamos de falar é necessário que eles tenham o direito a transferência, como também a vaga e conseqüentemente matrícula em escolas públicas por onde o circo passar. Para isso, entendemos de fundamental importância trazer ao conhecimento a Lei Federal 6.533/78 que declara em seu Art. 29, que:

Art . 29 - Os filhos dos profissionais de que trata esta Lei, cuja atividade seja itinerante, terão assegurada a transferência da matrícula e conseqüente vaga nas escolas públicas locais de 1º e 2º Graus, e autorizada nas escolas particulares desses níveis, mediante apresentação de certificado da escola de origem.

Portanto, através desta lei observamos a educação como um direito que deve ser assegurada ao aluno circense. Garantindo ao mesmo, a sua transferência e vaga tornando possível a sua curta frequência em cada escola, tendo em vista que as apresentações dos circos são de uma a duas semanas em média.

Outro documento que ressalta a importância da disponibilização de matrículas, vagas e transferências, como também ao respeito a este aluno sem colocá-lo em situações preconceituosas, é a Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012, impondo que:

art. 3º Os sistemas de ensino, por meio de seus estabelecimentos públicos ou privados de Educação Básica deverão assegurar a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito e/ou qualquer forma de discriminação, pois se trata de direito fundamental, mediante auto declaração ou declaração do responsável.

§ 1º No caso de matrícula de jovens e adultos, poderá ser usada a auto declaração.

§ 2º A instituição de educação que receber matrícula de estudante em situação de itinerância deverá comunicar o fato à Secretaria de Educação ou a seu órgão regional imediato (BRASIL, 2012, p. 01).

Todos têm o direito ao conhecimento, e com os alunos circenses não é diferente, sendo o dever da escola acolhe-los e incluir todos da melhor forma possível nesses curtos períodos que esses educandos desfrutarão do ensino em determinada escola. Porém mesmo existindo a lei, os itinerantes ainda se deparam com escolas que se recusam a matricular seus filhos, e nesse caso, é necessário buscar os seus direitos amparados em lei, para que esta seja cumprida.

As instituições de ensino devem incluir todos no ambiente educacional sejam eles de diferentes culturas, raças, cores, gêneros entre outros, para que assim os alunos possam conhecer variados mundos, pensamentos e assim se tornar um educando capaz de conviver em meio a diversidade que o rodeia. E os circenses com sua cultura pode vir a somar com a escola sendo que mesmo diante das dificuldades de se aprender com a constante mudança de cidades eles vencem essas barreiras mostrando que é possível sim ser alfabetizado, basta querer. E os educadores devem partir dos conhecimentos prévios que esses alunos trazem em sua bagagem para que o ensino se desenvolva da melhor forma possível. A respeito de cultura, LARAIA (2005) conclui que

[...] cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender essa dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos; da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. (LARAIA, 2005, p. 101).

É visível, que os atores e seu comprometimento com o trabalho de levar a alegria a todos, constitui uma cultura que merece um olhar atento pela sociedade e pela a escola que é onde eles buscam os conhecimentos dos quais necessitam para sua formação intelectual para que assim possam atuar na sociedade.

É relevante traçar métodos de ensino voltados para o desenvolvimento das crianças itinerantes, visto que, por não se fixarem por muito tempo em um lugar carece de um ensino especializado, pois eles precisam de ser incluindo no meio educacional da escola que foi matriculado.

Mesmo com seus avanços recentes em termos de legislação e nas diretrizes voltadas para a inclusão daqueles com necessidades educativas especiais, no cotidiano das escolas ainda são poucas as iniciativas de incluir vistas nessas instituições. E entre os obstáculos para se concretizar a inclusão, um deles é a falta de cursos para formar os professores, onde esses trazem novos métodos, um novo olhar para lecionar para as crianças que carecem de uma educação onde as dificuldades para deles se desenvolverem sejam respeitadas e trabalhadas da melhor maneira possível.

O que dizem os sujeitos de nossa pesquisa?

As informações obtidas para esta pesquisa foram possíveis através da coleta de dados realizados por meio de entrevistas com o pai e professores, além de observação do aluno em sala de aula. Sendo realizados no circo e na escola, ambos na cidade de Almino Afonso – RN.

Nosso primeiro contato foi com o pai da aluna circense, que não demonstrou nenhuma rejeição ao assunto e conseqüentemente colaborando com a nossa entrevista. O mesmo é proprietário do circo e tem três filhos em idade escolar, estando os mesmos matriculados regularmente nas cidades por onde passam.

Inicialmente questionamos sobre a quantidade de crianças e jovens do circo em idade escolar que estavam matriculados. O pai nos respondeu que o número não era grande, tinham em média 5, mas que todos estavam matriculados. Ainda nesta pergunta, ele comenta que também já estudou nesta mesma modalidade, passando de escola em escola, mas que ele e seus irmão mesmo com as dificuldades que anos atrás eram maiores, não deixaram de estudar. Destacou ainda, que tem uma irmã que chegou ao ensino superior. Mas em muitos casos como destaca SEQUEIRA & BALANERO (2010, P.10) isso não acontece, pois:

São muitas as crianças que, por causa do trabalho dos pais, se veem obrigadas a constantes deslocamentos, o que supõe o seu afastamento de um ambiente escolar adequado e a manifesta dificuldade de continuar a escolaridade em condições de igualdade com as outras crianças, situação condicionada pela actual legislação educativa.

Como foi citado, os filhos muitas vezes são obrigados a se separar dos pais para que os mesmos possam ter uma vida educacional de forma plena. Porém, aqueles que não aceitam, e acabam optando muitas vezes até sem escolha e pela necessidade, acabam por levar os filhos a terem uma vida escolar cheias de percalços.

Durante nossa entrevista, o pai quando questionado sobre os principais desafios enfrentado pelo aluno circense, ele nos relata que realmente a mudança constante de cidade é sim uma problemática, pois acabam vendo o mesmo assunto mais de uma vez, deixa de ver outros, não terminam determinado conteúdo que iniciaram. Então não é estabelecido uma sequência didática. Não é criado uma sequência lógica, e sim, ocorre uma fragmentação constante de conteúdo.

Fica claro as principais dificuldades enfrentadas por esse aluno, então buscamos compreender através do pai como era o processo avaliativo. O mesmo nos informou que são feitos trabalhos, provas consultadas ou em dupla. Para que o aluno circense não seja prejudicado em uma prova individual sem consulta, sabendo que a apropriação de conteúdo é escarça. Apesar disso ele afirma que os alunos circenses acabam tendo um interesse maior na procura do conhecimento, motivados exatamente por essas dificuldades enfrentadas na intinerância. Ele ainda complementa afirmando a contribuição dos pais nas atividades em casa.

Em todo instante o pai demonstrou ser conhecedor de seus direitos, isso ficou bem claro quando perguntamos se havia um documento específico para a matrícula do aluno circense em cada cidade. O pai respondeu que não, apenas era necessário apresentar a matrícula realizada na cidade anterior, sem qualquer resistência por parte das escolas por onde tem passado.

O pai encerra falando que hoje eles não enfrentam dificuldades em relação a matrícula, mas nem sempre foi assim. Ele não atribui esse avanço a conquistas de direito através de leis, mas sim, a notoriedade que o circo em questão, vem recebendo a nível nacional. Por esse motivo, o pai acredita que os circos de pequeno porte, ainda sofrem com dificuldades, principalmente no momento da matrícula. Mas isso vai além de apenas uma matrícula como afirma BORTOLETO (2011, p.49)

Neste sentido, somente com um comprometimento sério, que inclua o estudo e a pesquisa, é que poderemos num futuro não tão longínquo garantir aulas de qualidade. Esse compromisso deve passar pelos professores, mas também pelos gestores (das escolas, etc.) e pelas instituições encarregadas.

Em nossa pesquisa procuramos compreender qual era o trabalho desempenhado pelos professores diante ao cenário em que se encontra os alunos em intolerância. Sendo assim, questionamos a professora sobre a metodologia e avaliação utilizada com os alunos circenses, logo a docente, nos apresenta a dificuldade já relatada pelo pai em relação ao escasso tempo do aluno em sala de aula, impedindo de desenvolver qualquer metodologia com esse aluno, pois, não há tempo apto para analisar os conhecimentos prévios e a bagagem de conhecimento que este aluno tem.

Em relação a avaliação é desenvolvido um trabalho com consulta e em dupla para que um aluno do Ensino regular possa auxiliar no desenvolvimento da atividade avaliativa, resultando em uma nota necessária para o seu histórico. Essa metodologia adotada pelos professores se torna uma possibilidade de permanência e progressão dos alunos apesar das dificuldades que eles enfrentam, contudo para Leite (2004, p.04), “é possível observar uma tendência mundial para que os planejamentos educacionais sejam abertos e flexíveis, no reconhecimento às diferenças dos alunos”. Esses planejamentos levam em conta toda e qualquer necessidade que este aluno tenha, como no caso os alunos circenses poderiam ser avaliados de maneira contínua, como nos mostra Hoffmann (2006, p.16)

Os estudos em avaliação deixam para trás o caminho das verdades absolutas, dos critérios objetivos, das medidas padronizadas e das estatísticas, para alertar sobre o sentido essencial dos atos avaliativos de interpretação de valor sobre o objeto da avaliação, de um agir consciente e reflexivo frente às situações avaliadas e de exercício do diálogo entre os envolvidos.

Com isso observamos que tem possibilidades de optar por outras alternativas para melhor atender a clientela proveniente dos povos de cultura intinerante. Sabendo disso é necessária uma reflexão das práticas do professor diante de um cenário como esse apresentado em toda essa pesquisa, para garantir o direito ao ingresso, permanência com qualidade e progressão em seus estudos.

Algumas considerações

Portanto, é visível que os itinerantes passam por muitos percalços para conseguirem se tornar pessoas alfabetizadas. Mas, para que essas pessoas possam obter o conhecimento pleno, é necessário que a escola venha atuar como colaboradora, acolhendo esses alunos que necessita de uma atenção especial, e os professores devem trabalhar com metodologias além das utilizadas com os alunos do ensino regular. Se valer de atividades diferenciadas, que faça sentido para os alunos, usando uma linguagem que eles possam entender. “Organizar as interações e atividades de modo que cada aluno se defronte constantemente com situações didáticas que lhe sejam as mais fecundas. (Perrenoud,1995, p.28); o autor vem enaltecer o que já fora dito anteriormente e isso só mostra a relevância de se inovar no ensino. Os alunos perdem o interesse pelo aprendizado quando o mesmo não o cativa e não mostra importância para estes. Continuando nesse pensamento Vieira (1997, p. 114) ” a função social do professor e conciliar a vida social do aluno com a vida escolar, levando o aluno a ser um indivíduo pensante na sociedade a fim de transformar a realidade”. Os alunos itinerantes precisam desse ensino mais dinamizado para que venham a aprender o conteúdo desejado pelo professor porem que este aprendizado não deixe de lado suas raízes e sua realidade cotidiana. Todos têm direito a educação.

Referências

BORTOLETO, M. A. C., PINHEIRO, P. H. G. G e PRODOCIMO, E. **Jogando com o circo**. Jundiaí – SP: Editora Fontoura, 2011.

BRASIL. Lei nº 6.533 de 27 de Maio de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 24 mai. 1978. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6533.htm Acessado em: 07/11/2017

_____. MEC. RESOLUÇÃO Nº 3, DE 16 DE MAIO 2012. **Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância**. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10770-rceb003-12-pdf-1&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei n. 9.394, de 23 de dez. de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: As setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2006.



LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LEITE, L. P. Educador especial: reflexões e críticas sobre sua prática pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n 2, p.131-142, 2004.

PERRENOUD, P. *La pédagogie lécole à des différences*. Paris: ESF, 1995.

SEQUEIRA, H. S. P. M.; BATANERO, J. M. F. **Um estudo sobre os alunos itinerantes, filhos dos artistas de circo, no 1º Ciclo no ensino básico, em Portugal**. Disponível em: . Acesso em: 12 de mar. 20

VIEIRA, José de Sousa. **Representações da Função Social do Professor no cotidiano da Escola Normal – a contribuição da sociologia da Educação**. In: BRZEZINKI, I. **Formação de Professores: um desafio**, Goiânia, Editoria UCG, 1997.



(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

www.sinafro2018.com.br